

A vertical decorative border on the left side of the page, featuring a variety of stylized food icons in green, orange, and purple outlines. The icons include fruits like lemons, pineapples, bananas, and grapes, vegetables like carrots and broccoli, and other items like a fish, a fork, and a knife.

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

MARCO DE
REFERÊNCIA DE
**EDUCAÇÃO
ALIMENTAR
E NUTRICIONAL**
PARA AS
POLÍTICAS
PÚBLICAS

Brasília, DF
2012

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

MARCO DE REFERÊNCIA DE
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Brasília

2012

Tiragem: 24.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES:

Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional – CGEAN
Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas
Públicos Agroalimentares – DEISP
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Esplanada dos Ministérios – Bloco C – 4º andar – sala 446
70046-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3433-1158 / 3433-1159
educacaoalimentarenutricional@mds.gov.br
www.mds.gov.br/segurancaalimentar

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Marco de referência de educação alimentar e nutricional para
as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de
Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

68 p.
ISBN: 978-85-60700-59-2

1. Política social, Brasil. 2. Políticas públicas, Brasil. 3. Educação
alimentar, Brasil. 4. Educação nutricional, Brasil. I. Secretaria
Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

CDU 304.4(81)

ORGANIZADORES

**Secretaria de Segurança Alimentar
e Nutricional (SESAN)**

Maya Takagi

**Departamento de Estruturação e
Integração dos Sistemas Públicos
Agroalimentares (DEISP)**

João Tadeu Pereira

**Coordenação-Geral de Educação Alimentar
e Nutricional (CGEAN/DEISP/SESAN/MDS)**

Patrícia Chaves Gentil
Mariana Helcias Côrtes
Luisete Moraes Bandeira
Chirle de Oliveira Raphaelli

**Coordenação-Geral de Equipamentos
Públicos de Segurança Alimentar
e Nutricional**

Kathleen Sousa Oliveira

**Observatório de Políticas de Segurança
Alimentar e Nutrição (OPSAN /
Universidade de Brasília)**

Elisabetta Recine
Andhressa Fagundes
Andrea Sugai Mortoza
Luiza Lima Torquato

GRUPO DE TRABALHO

**Coordenação-Geral de Educação Alimentar
e Nutricional (CGEAN/DEISP/SESAN/MDS)**

Patrícia Chaves Gentil
Mariana Helcias Côrtes
Luisete Moraes Bandeira
Chirle de Oliveira Raphaelli

**Fundo Nacional de Desenvolvimento
da Educação/Ministério da Educação
(FNDE/MEC)**

Albaneide Peixinho
Rosane Nascimento
Solange Freitas Castro
Lorena Chaves, Juarez Calil
Najla Veloso Sampaio Barbosa
Marta Klumb Oliveira Rabelo

**Coordenação Geral de Alimentação e
Nutrição/Ministério da Saúde (CGAN/MS)**

Patrícia Jaime
Ana Carolina Feldenheimer
Carolina Belomo de Souza
Gisele Ane Bortolini
Kelly Poliany de Souza Alves
Kimielle Cristina da Silva

Lorena Toledo de Araújo Melo
Mariana Carvalho Pinheiro
Renata Guimarães Mendonça de Santana
Sara Araújo da Silva

**Observatório de Políticas de Segurança
Alimentar e Nutrição (OPSAN /
Universidade de Brasília)**

Elisabetta Recine
Andhressa Fagundes
Andrea Sugai Mortoza
Luiza Lima Torquato

**Associação Brasileira de
Nutrição (ASBRAN)**

Sônia Lucena

**Conselho Federal de
Nutricionistas (CFN)**

Antonio Augusto Fonseca Garcia

**Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional (CONSEA)**

Projeto Gráfico e Diagramação
Estúdio Marujo

SUMÁRIO

Apresentação	6
1. O processo de elaboração do Marco de Referência	10
2. O Contexto de Elaboração do Marco de Referência	13
3. Objetivos do Marco de Referência	15
4. Histórico da Educação Alimentar e Nutricional	16
5. Conceito de Educação Alimentar e Nutricional	23
6. Princípios para as ações de Educação Alimentar e Nutricional	24
7. Campos de Práticas da Educação Alimentar e Nutricional	31
8. Mobilização e Comunicação	35
9. Formação Profissional e Educação Permanente	37
10. Parcerias para a realização das ações de EAN	41
11. A agenda pública de EAN	42
12. Referências Bibliográficas	49
13. Anexos	57

APRESENTAÇÃO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) alcançou um ponto importante de seu processo de construção. Após ter percorrido um longo caminho, permeado por “altos e baixos” e depois de ter superado obstáculos no sentido de alcançar mudanças conceituais e práticas significativas, atualmente a EAN se insere no âmbito das políticas públicas no contexto da promoção da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

No Brasil, nas décadas de 40 a 70, o tema oscilou entre o status de ação pública até um importante descrédito, por seu caráter muitas vezes discriminatório e de redução da alimentação à sua dimensão biológica. O tema foi retomado no início dos anos 1990, a partir de pesquisas realizadas no campo da saúde, que apontaram os hábitos alimentares como um dos fatores determinantes para o aumento das doenças crônicas.

O *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* reflete um momento singular de valorização destas ações, traduzido, por exemplo, no Plano Nacional de SAN e no Plano Plurianual (PPA). O documento aqui apresentado é fruto de uma construção participativa de cidadãos, profissionais, gestores, representantes da sociedade civil, professores e acadêmicos que se dedicam ao tema, compartilham e acreditam que a Educação Alimentar e Nutricional contribui para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e para a construção de um Brasil saudável. Traduz, portanto, as singularidades e a diversidade nacional para a consecução das ações de EAN no Brasil.

Para que seu propósito de qualificar a agenda de alimentação e nutrição possa se concretizar, coloca-se o desafio para todos os setores governamentais e da sociedade civil em divulgá-lo entre os mais diversos atores e agentes que promovem ações educativas na área da alimentação e nutrição no País, além de adotá-lo no seu processo de planejamento de programas e ações e de lhe dar seus devidos desdobramentos, de forma que ele não acabe em si mesmo.

É importante reconhecer que este documento oportunizará que cada setor qualifique suas ações a partir do acúmulo que o tema tem até o momento. Contudo, é importante esclarecer que este não é o ponto final deste processo de reflexão sobre a Educação Alimentar e Nutricional no Brasil. Ao contrário, este é um documento em contínua construção e deverá ter desdobramentos próprios conforme os setores que atuam em EAN forem incorporando os princípios aqui expostos nas suas práticas.

Brasília, 30 de novembro de 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério da Saúde
Ministério da Educação

1

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MARCO DE REFERÊNCIA



A primeira etapa de formulação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas se deu com a composição de um Grupo de Trabalho, onde estavam representados:

- » Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares, Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional;
- » Ministério da Saúde: Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição;
- » Ministério da Educação: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- » Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- » Associação Brasileira de Nutrição;
- » Conselho Federal de Nutricionistas;
- » Universidade de Brasília: Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição.

Com a Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional (CGEAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foram promovidas quatro (04) atividades que merecem destaque, uma vez que proporcionaram a construção coletiva de um documento de natureza intersetorial sobre Educação Alimentar e Nutricional:

I. O encontro “Educação Alimentar e Nutricional – Discutindo Diretrizes”, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2011.

Este encontro teve como objetivo gerar reflexões, intercâmbios e propostas acerca do tema Educação Alimentar e Nutricional no campo conceitual, de formação profissional, das práticas, da mobilização e comunicação e das estratégias de articulação. Dentre as várias dinâmicas, promoveu-se um debate cujo tema de destaque foi o da Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Nesta dinâmica foram consideradas as diferentes práticas de atuação (Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional) e a troca de experiências entre acadêmicos, sociedade civil organizada, entidades, gestores e profissionais que atuam na área, sejam nas universidades ou nas políticas públicas, englobando as três esferas de governo. Buscou-se com a atividade contribuir para uma maior organização das ações de EAN, nas diferentes redes de atuação.

Participaram deste encontro 160 (cento e sessenta) pessoas: docentes de cursos de nutrição de universidades públicas e privadas, gestores e profissionais que atuam em Políticas Públicas relacionadas ao tema de EAN na área da Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional de todo o País. O evento teve como produto final um relatório, disponível na íntegra no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), na página da Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional.

II. A “Atividade integradora sobre Educação Alimentar e Nutricional”, realizada durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu na cidade de Salvador/BA, em novembro de 2011.

Esta atividade teve como objetivo gerar reflexões, intercâmbios e propostas acerca do tema EAN, visando apoiar o processo de elaboração do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas.

A dinâmica contou com a participação de 27 (vinte e sete) profissionais, gestores, docentes e representantes da sociedade civil, interessados no tema de EAN nas diferentes áreas de atuação (Saúde, Educação e Segurança Alimentar e Nutricional).

III. A “Oficina de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas” realizada no Congresso World Nutrition Rio2012, em abril de 2012.

A atividade teve como objetivo compartilhar e acolher conceitos e princípios acerca de EAN, contribuindo para a construção do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas.

A oficina contou com 59 (cinquenta e nove) participantes que atuam na EAN, em distintas áreas, assim como docentes e pesquisadores de universidades públicas e privadas do Brasil e de outros países, como França e Portugal.

IV. A Consulta Pública realizada entre 04 de junho a 07 de julho de 2012.

Foi disponibilizado um link com o texto base do Marco de Referência para que todas as pessoas, entidades e instituições com interesse no tema pudessem enviar sugestões. O texto base foi acessado por 979 pessoas, sendo que 111 enviaram 347 sugestões.

Observa-se que os participantes da Consulta Pública eram provenientes de 22 (vinte e duas) Unidades da Federação, sendo que a maioria (37%) de Estados do Sudeste, seguido do Nordeste (31%), Centro-Oeste (15%), Sul (11%) e da região Norte (6%).

Também é importante destacar que, em relação à esfera de atuação profissional, 67% dos participantes atuam na esfera pública, mas também com representação de profissionais da esfera privada e do terceiro setor. Cabe destacar que 90% dos participantes destacaram que consideram a construção e divulgação do Marco de Referência uma proposta importante para a área.

2

O CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO MARCO DE REFERÊNCIA

A EAN é um campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde e tem sido considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos. Entre seus resultados potenciais identifica-se a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, bem como a valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a redução do desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável.

Entretanto, apesar da conjuntura promissora e dos avanços e acúmulos mais recentes no campo da EAN, ainda é necessário ampliar a discussão sobre suas possibilidades, seus limites e o modo como é realizada. Ao mesmo tempo em que é apontada como estratégica, o seu campo de atuação não está claramente definido, há uma grande diversidade de abordagens conceituais e práticas, pouca visibilidade das experiências bem sucedidas, fragilidade nos processos de planejamento e presença insuficiente nos programas públicos. Identifica-se também a necessidade de investimento na formação dos profissionais envolvidos com relação às diferentes áreas de conhecimento, metodologias e estratégias.

No atual contexto, em que a promoção das práticas alimentares saudáveis prevalece como uma atividade estratégica, a educação alimentar e nutricional também está sendo um reflexo das políticas sociais imple-

mentadas. Analisando os documentos apresentados, identifica-se a existência de um suposto paradoxo: ao mesmo tempo em que é apontada sua importância estratégica, o seu espaço de ação não é claramente definido. A educação alimentar e nutricional está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, não está em lugar nenhum.

A escolha dos alimentos varia entre os indivíduos e grupos sendo influenciada por fatores como idade, o gênero e aspectos socioeconômicos (GARCIA, 1997). De fato, as escolhas alimentares são influenciadas por determinantes oriundos de duas grandes dimensões, a saber: individuais e coletivas. Entre os determinantes individuais encontram-se os aspectos subjetivos, o conhecimento sobre alimentação e nutrição, as percepções sobre alimentação saudável. Já entre os determinantes coletivos encontram-se os fatores econômicos, sociais e culturais.

O ato de comer, além de satisfazer as necessidades biológicas é também fonte de prazer, de socialização e de expressão cultural. As características dos modos de vida contemporâneos influenciam, significativamente, o comportamento alimentar, com oferta ampla de opções de alimentos e preparações alimentares, além do apelo midiático, da influência do marketing e da tecnologia de alimentos. Portanto, o poder e a autonomia de escolha do indivíduo são mediados por esses fatores sendo que as ações que pretendam interferir no comportamento alimentar devem considerar tais fatores e envolver diferentes setores e profissionais. Compreende-se que a EAN terá maiores resultados se articulada a estratégias de caráter estrutural que abranjam aspectos desde a produção ao consumo dos alimentos, pois sua capacidade de gerar impacto depende de ações articuladas entre as dimensões do que o indivíduo pode definir e alterar com aquelas que o ambiente determina e possibilita.

3 OBJETIVOS DO MARCO DE REFERÊNCIA



O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas tem o objetivo de promover um campo comum de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública, e que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos.

Assim, o Marco de Referência pretende apoiar os diferentes setores de governo em suas ações de EAN para que, dentro de seus contextos, mandatos e abrangência, possam alcançar o máximo de resultados possíveis. Nesse sentido, a EAN integrada a estratégias mais amplas para o desenvolvimento, poderá contribuir para melhorar a qualidade de vida da população.

4

HISTÓRICO NACIONAL DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



A análise histórica das diferentes abordagens de EAN qualifica o direcionamento e dinamização da prática futura, considerando a diversidade de compreensões, de pensamentos, de valores e experiências vivenciadas por profissionais, por educadores, por técnicos, estudantes e pesquisadores e possibilitando a construção de novos conceitos e práticas, compatíveis com a realidade histórica, oportunidades e desafios.

Seguindo uma linha do tempo (Anexo A), a EAN, enquanto prática organizada no Brasil, remonta à década de 1930, no início da conformação de nosso parque industrial e a organização de uma classe trabalhadora urbana. Neste período, são instituídas as leis trabalhistas, definida a cesta básica de referência e os estudos de Josué de Castro descortinam a situação de desigualdade e fome no país. As estratégias de EAN eram dirigidas aos trabalhadores e suas famílias, a partir de uma abordagem atualmente avaliada como preconceituosa, ao pretender ensiná-los a se alimentar corretamente segundo um parâmetro descontextualizado e estritamente biológico. As ações eram centradas em campanhas de introdução de alimentos que não eram usualmente consumidos e de práticas educativas dirigidas, principalmente, às camadas de menor renda (BRASIL, 2010a; SANTOS, 2005). Nessa fase, surgiu no Brasil a profissional intitulada como “Visitadora de Alimentação”, que visitava os domicílios com o objetivo de realizar a educação alimentar de forma tradicional, de acordo com a Educação para a Saúde preconizada na época, ditando as recomendações

alimentares. Essa atividade teve pouca duração por ter sido considerada invasiva pela população (BOOG, 1997).

Nas décadas de 1970 e 1980, impulsionado pela expansão do cultivo de soja, foi deflagrado um conjunto de iniciativas que visaram promover o consumo deste produto e seus derivados. Com resultados mínimos e até opostos aos pretendidos, estas ações foram exemplares enquanto práticas que apenas valorizavam a dimensão nutricional dos alimentos e desconsideravam os aspectos culturais e sensoriais. Este exemplo também é lembrado por evidenciar a interferência de interesses econômicos nas ações de EAN, tendo em vista a necessidade, à época, de escoar excedente de produção.

As características limitantes das práticas desenvolvidas até então levaram, de um lado, a resultados questionáveis; de outro, à desqualificação da EAN enquanto sua legitimidade e o seu papel. Assim, até a década de 1990, a EAN foi pouco valorizada como disciplina e como estratégia de política pública. No entanto, o acúmulo de evidências que apontavam os hábitos alimentares como um dos fatores determinantes para o aumento, em todo o mundo, das doenças crônicas, a EAN passou a ser considerada como uma medida necessária para a formação e proteção de hábitos saudáveis.

Neste mesmo período, iniciou-se um intenso processo de renovação da Promoção da Saúde (WHO, 1986; WHO, 1988) e, concomitantemente, da educação em saúde, inspirada enormemente por Paulo Freire (BRASIL, 2008; SANTOS, 2005). A educação baseada na ação crítica, contextualizada, com relações horizontais e com valorização dos saberes e práticas populares, alinhou-se aos movimentos de democratização e de equidade¹.

¹ A Educação em Saúde é um conjunto de práticas que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com profissionais de saúde e gestores (BRASIL, 2009a). Paulo Freire (1996) define “educação” como prática pedagógica participativa aquela que acolhe o outro como sujeito dotado de condições objetivas (que o fazem viver de de-

Este movimento se reflete na EAN, possibilitando a discussão dos limites de se promover práticas alimentares saudáveis, de forma prescritiva e limitada a aspectos científico-biológicos, sem o reconhecimento das outras dimensões que afetam o comportamento alimentar. A partir do final dos anos 1990, o termo “promoção de práticas alimentares saudáveis” começa a marcar presença nos documentos oficiais brasileiros. Aliada à promoção de modos de vida saudáveis, a promoção de práticas alimentares saudáveis constitui-se uma estratégia de vital importância para o enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais do contexto atual. A promoção da saúde demanda, entre outros aspectos, que o Estado implemente políticas, programas e ações que possibilitem a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, definindo, para isto, metas, recursos e indicadores de monitoramento destas ações. Neste mesmo período, a EAN também volta a ser tema de discussões em congressos da área e é apresentada com novos focos de atuação, valorizando a ênfase no sujeito, na democratização do saber, na cultura, na ética e na cidadania (LIMA *et al.*, 2003; CAMOSSA *et al.*, 2005).

Momento importante nesta trajetória, no início dos anos 2000, é a proposição e posterior implementação do Programa Fome Zero (PFZ). Na proposta original do Instituto Cidadania, publicada em 2001, o PFZ contemplava a EAN sob duas frentes de atuação. A primeira previa campanhas publicitárias e palestras sobre educação alimentar e educação para o consumo. Havendo uma demanda para que esses temas fossem também incluídos, obrigatoriamente, no currículo escolar do primeiro grau. Complementarmente, propunha-se a criação de uma Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos Industrializados, similar à existente para alimentos para lactentes. O Programa também alertava sobre a impor-

terminado modo) e de representações subjetivas (que o fazem interpretar o seu lugar no mundo). Alguns pressupostos são importantes nesse conceito: vontade (entendida como a curiosidade crítica e dúvidas), autonomia, emancipação, diálogo e afetividade (relação de dignidade coletiva).

tância do controle da publicidade e do aprimoramento da rotulagem de alimentos (PROJETO FOME ZERO, 2001). Mesmo com as limitações destas proposições, a presença deste tema no PFZ favoreceu inúmeros dobramentos. A partir de 2003, observa-se um progressivo aumento de ações de EAN nas iniciativas públicas, no âmbito dos restaurantes populares, dos bancos de alimentos, das equipes de atenção básica de saúde, e na requalificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

No PNAE, por exemplo, o progressivo fortalecimento da EAN culminou na Lei Nº 11.947, de 2009 onde uma diretriz prevê *“a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”*. Outras medidas também presentes nesta Lei contribuem diretamente para a EAN como a presença de alimentos da agricultura familiar local e os parâmetros que orientam a definição do que será oferecido aos escolares (BRASIL, 2009b).

No setor saúde, as abordagens sobre a EAN avançaram consideravelmente, tanto no que diz respeito à sua concepção, mas também à valorização enquanto tema da política pública.

No cenário internacional, a Estratégia Global para a Alimentação do Bebê e da Criança Pequena, aprovada em 2002 (WHA, 2002) e a Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (WHO, 2004) reforçaram a agenda de promoção da alimentação saudável em geral e da EAN em particular. Esta última indica, entre as responsabilidades dos Estados Membros, o desenvolvimento de ações públicas de educação, comunicação e conscientização do público adequadas à realidade socioeconômica e cultural dos diferentes grupos, nos diferentes espaços sociais e promovendo a participação e organização social em torno desta agenda.

Nacionalmente, identifica-se uma importante evolução na maneira como a EAN é compreendida e como é proposta entre os textos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição em sua primeira versão, de 1999, e o atual, publicado em 2012 (BRASIL, 2011a). No texto de 1999, a EAN está prevista de maneira transversal e detalhada na diretriz 4 - “Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis”. O escopo de suas ações é definido a partir do incentivo ao aleitamento materno, devendo ainda, integrar todas as ações decorrentes das demais diretrizes. Em termos práticos é entendida como a socialização do conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como acerca da prevenção dos problemas nutricionais, desde a desnutrição – incluindo as deficiências nutricionais específicas – até a obesidade. Há também um alerta sobre a necessidade de se abordar os temas na perspectiva do DHAA, mesmo que naquele momento, o destaque se limitasse a indicá-lo enquanto condição para cidadania. Na ocasião, já havia um alerta sobre a necessidade de se buscar consensos sobre conteúdos, métodos e técnicas do processo educativo, considerando os diferentes espaços geográficos, econômicos e culturais, bem como o disciplinamento da publicidade de produtos alimentícios infantis, o acompanhamento e o monitoramento de práticas de *marketing* de alimentos e a elaboração de material de formação em orientação alimentar para profissionais de saúde (BRASIL, 2003).

No texto atual da PNAN, a EAN também está presente, de maneira transversal, em todas as diretrizes. A primeira delas, “Organização da Atenção Nutricional”, prevê a EAN enquanto integrante das ações de promoção, prevenção e tratamento. Na diretriz 2 - “Promoção da Alimentação Adequada e Saudável” a EAN está contextualizada em um dos campos de ação da promoção da saúde, qual seja, o de desenvolvimento de habilidades pessoais, por meio de processos participativos e permanentes. Na diretriz 9 - “Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional” a EAN, aliada às estratégias de regulação de alimentos (Diretriz 7), de incentivo à criação de ambientes institucionais promotores de alimentação

adequada e saudável, é pilar para a promoção da alimentação adequada e saudável. O texto atual da PNAN também prioriza a elaboração e a pactuação de uma agenda integrada intra e intersetorial de EAN (BRASIL, 2012a).

A EAN está ainda presente em outras políticas e documentos normativos da Saúde tais como a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (BRASIL, 2010b); o Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil (BRASIL, 2011b) e a Portaria 1010/2006 que, em parceria com o Ministério da Educação, estabelece as bases da promoção da alimentação saudável nas escolas (BRASIL, 2006a).

No campo da SAN, enquanto *“realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”* (BRASIL, 2006b), o desafio da EAN é ultrapassar os limites das ações dirigidas ao consumo de alimentos e impacto na saúde e estendê-las para as dimensões que abrangem a produção e abastecimento de alimentos.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (BRASIL, 2010c) prevê entre as suas diretrizes a instituição de processos permanentes de EAN. Esta diretriz está detalhada no Plano Nacional de SAN (PlanSAN) onde, dos seis objetivos previstos, quatro se relacionam diretamente com a EAN. Para cada um deles, foram definidas metas prioritárias para o período entre 2012/2015 (Anexo B). O PlanSAN prevê ações de fomento à formação de hábitos alimentares saudáveis cujos objetivos são: (1) assegurar processos permanentes de EAN e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais, dos diferentes povos e etnias, na perspectiva da SAN e da garantia do DHAA; (2) estruturar, divulgar e integrar as ações de EAN nas redes institucionais de serviços públicos e mídia institucional, de modo a estimular a autonomia do sujeito para a produção e para as

práticas alimentares adequadas e saudáveis; (3) promover as ações de EAN no ambiente escolar e fortalecer a gestão, a execução e o controle social do PNAE, articulados junto ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE), com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional; e, (4) estimular a sociedade civil organizada a atuar nos componentes da alimentação, da nutrição e do consumo saudável. Os outros dois objetivos desta diretriz relacionam-se com a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação para a SAN, da cultura e da educação em direitos humanos, em especial o DHAA (BRASIL, 2011c).

Deve-se destacar que as Metas Prioritárias estabelecidas dentro do PlanSAN já trazem no seu escopo uma atuação pública intersetorial, refletida nas suas oito Diretrizes que, além de terem sido definidas em consonância com o Plano Plurianual, que visa organizar e viabilizar a ação pública com vistas a cumprir os fundamentos e objetivos da República, em especial os sociais, também indicam o foco e as prioridades das políticas públicas sociais. Tanto é assim que os objetivos descritores das Diretrizes do PlanSAN trazem a evolução nas ações de alimentação e nutrição e apontam na direção de novos desafios, como qualificação da rede de equipamentos públicos de SAN com a articulação da alimentação do Programa de Aquisição de Alimentos e prioridade de atendimento ao público do PBF.

Assim, é neste cenário configurado de um lado pela complexificação do sistema alimentar, pela multideterminação do comportamento alimentar e de práticas de alimentação, e, de outro, pela demanda por ações públicas significativas, coordenadas, eficazes e participativas, que este Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas se apresenta.

5

CONCEITO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



A adoção de um conceito de EAN deve considerar aspectos que contemplem desde a evolução histórica e política da EAN no Brasil às múltiplas dimensões da alimentação e do alimento e os diferentes campos de saberes e práticas conformando uma ação que integre o conhecimento científico ao popular.

Adota-se o termo *Educação Alimentar e Nutricional* e não o termo Educação Nutricional ou o termo Educação Alimentar para que o escopo de ações abranja desde os aspectos relacionados ao alimento e alimentação, os processos de produção, abastecimento e transformação aos aspectos nutricionais.

Portanto, “Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.”

6

PRINCÍPIOS PARA AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Enquanto política pública, a EAN pode ocorrer em diversos setores e deverá observar os princípios organizativos e doutrinários do campo no qual está inserida. Assim, na esfera da segurança alimentar e nutricional, deverá observar os princípios do SISAN; na saúde, os princípios do SUS, na educação, os princípios da PNAE, na rede sociassistencial, os princípios do SUAS e assim sucessivamente. A esses princípios estruturantes se somam:



Sustentabilidade social, ambiental e econômica

A temática e os desafios da sustentabilidade assumem um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e dos padrões de produção, de abastecimento, de comercialização, de distribuição e de consumo de alimentos. No contexto deste Marco, “sustentabilidade”, inspirada em seu conceito original (ONU, 1987) e no conceito de “ecologia integral” (BOFF, 1999; DELLORS, 1999), não se limita à dimensão ambiental, mas estende-se às relações humanas, sociais e econômicas estabelecidas em todas as etapas do sistema alimentar. Assim, a EAN quando promove a alimentação saudável refere-se à satisfação das necessidades alimentares dos indivíduos e populações, no curto e no longo prazos, que não implique o sacrifício dos recursos naturais renováveis e não renováveis e que envolva relações econômicas e sociais estabelecidas a partir dos parâmetros da ética, da justiça, da equidade e da soberania.



Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade

Compreende-se sistema alimentar como o processo que abrange desde o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição; a escolha e consumo dos alimentos, incluindo as práticas alimentares individuais e coletivas, até a geração e a destinação de resíduos. As ações de EAN precisam abranger temas e estratégias relacionadas a todas estas dimensões de maneira a contribuir para que os indivíduos e grupos façam escolhas conscientes, mas também que estas escolhas possam, por sua vez, interferir nas etapas anteriores do sistema alimentar.



Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas

A alimentação brasileira, com suas particularidades regionais, é uma das expressões do nosso processo histórico e de intercâmbio cultural entre os diferentes povos que formaram nossa nação. Assim, a EAN deve considerar a legitimidade dos saberes oriundos da cultura, religião e ciência. Respeitar e valorizar as diferentes expressões da identidade e da cultura alimentar de nossa população, reconhecendo e difundindo a riqueza incomensurável dos alimentos, das preparações, das combinações e das práticas alimentares locais e regionais. Esse princípio trata da diversidade na alimentação e deve contemplar as práticas e os saberes mantidos por povos e comunidades tradicionais, bem como diferentes escolhas alimentares, sejam elas voluntárias ou não, como por exemplo, as pessoas com necessidades alimentares especiais.

A comida e o alimento como referências; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória

A alimentação envolve diferentes aspectos que manifestam valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais. Assim, as pessoas, diferentemente dos demais seres vivos, não se alimentam de nutrientes, mas de alimentos e preparações escolhidas e combinadas de uma maneira particular, com cheiro, cor, temperatura, textura e sabor, se alimentam também de seus significados e dos aspectos simbólicos (DAMATA, 1987). Quando a EAN aborda estas múltiplas dimensões ela se aproxima da vida real das pessoas e permite o estabelecimento de vínculos, entre o processo pedagógico e as diferentes realidades e necessidades locais e familiares.

Da mesma maneira, saber preparar o próprio alimento gera autonomia, permite praticar as informações técnicas e amplia o conjunto de possibilidades dos indivíduos. A prática culinária também facilita a reflexão e o exercício das dimensões sensoriais, cognitivas e simbólicas da alimentação (DIEZ-GARCIA; CASTRO, 2010). Mesmo quando o preparo efetivo de alimentos não é viável nas ações educativas, é necessário refletir com as pessoas sobre a importância e o valor da culinária como recurso para alimentação saudável (DAMATA, 1987).

A Promoção do autocuidado e da autonomia

O autocuidado é um dos aspectos do viver saudável. É a realização de ações dirigidas a si mesmo ou ao ambiente, a fim de regular o próprio funcionamento de acordo com seus interesses na vida; funcionamento integrado e de bem-estar. As ações do autocuidado são voluntárias e intencionais, envolvem a tomada de decisões, e têm o propósito de contribuir de forma específica para a integridade estrutural, o funcionamento

e o desenvolvimento humano. Essas ações são afetadas por fatores individuais, ambientais, sócio-culturais, de acesso a serviços entre outros. O exercício deste princípio pode favorecer a adesão das pessoas às mudanças necessárias ao seu modo de vida. O autocuidado e o processo de mudança de comportamento centrado na pessoa, na sua disponibilidade e sua necessidade são um dos principais caminhos para se garantir o envolvimento do indivíduo nas ações de EAN.

A promoção do autocuidado tem como foco principal apoiar as pessoas para que se tornem agentes produtores sociais de sua saúde, ou seja, para que as pessoas se empoderem em relação à sua saúde. Os principais objetivos do apoio ao autocuidado são gerar conhecimentos e habilidades às pessoas para que conheçam e identifiquem seu contexto de vida; e para que adotem, mudem e mantenham comportamentos que contribuam para a sua saúde.

A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos

As abordagens educativas e pedagógicas adotadas em EAN devem privilegiar os processos ativos, que incorporem os conhecimentos e práticas populares, contextualizados nas realidades dos indivíduos, suas famílias e grupos e que possibilitem a integração permanente entre a teoria e a prática. O caráter permanente indica que a EAN precisa estar presente ao longo do curso da vida respondendo às diferentes demandas que o indivíduo apresente, desde a formação dos hábitos alimentares na primeira infância à organização da sua alimentação fora de casa na adolescência e idade adulta.

O fortalecimento da participação ativa e a ampliação dos graus de autonomia, para as escolhas e para as práticas alimentares implicam, por um lado, o aumento da capacidade de interpretação e a análise do sujeito

sobre si e sobre o mundo e, complementarmente, a capacidade de fazer escolhas, governar, transformar e produzir a própria vida. Para tanto, é importante que o indivíduo desenvolva senso crítico frente a diferentes situações e possa estabelecer estratégias adequadas para lidar com elas. Diante das inúmeras possibilidades de consumo, bem como das regras de condutas dietéticas, a decisão ativa e informada significa reconhecer as possibilidades, poder experimentar, decidir, reorientar, isto é, ampliar os graus de liberdade em relação aos aspectos envolvidos no comportamento alimentar. Neste sentido, a EAN deve ampliar a sua abordagem para além da transmissão de conhecimento e gerar situações de reflexão sobre as situações cotidianas, busca de soluções e prática de alternativas.

VII

A diversidade nos cenários de prática

As estratégias e os conteúdos de EAN devem ser desenvolvidos de maneira coordenada e utilizar abordagens que se complementem de forma harmônica e sistêmica. Além de estarem disponíveis nos mais diversos espaços sociais para os diferentes grupos populacionais. O desenvolvimento de ações e estratégias adequadas às especificidades dos cenários de práticas é fundamental para alcançar os objetivos da EAN, além de contribuir para o resultado sinérgico entre as ações.

VIII

Intersectorialidade

Compreende-se intersectorialidade como uma articulação dos distintos setores governamentais, de forma que se corresponsabilizem pela garantia da alimentação adequada e saudável. O processo de construção de ações intersectoriais implica a troca e a construção coletiva de saberes, linguagens e práticas entre os diversos setores envolvidos com o tema, de

modo que nele se torna possível produzir soluções inovadoras quanto à melhoria da qualidade da alimentação e vida. Neste processo cada setor poderá ampliar sua capacidade de analisar e de transformar seu modo de operar, a partir do convívio com a perspectiva dos outros setores, abrindo caminho para que os esforços de todos sejam mais efetivos e eficazes.

IX

Planejamento, avaliação e monitoramento das ações

O planejamento, compreendido como um processo organizado de diagnóstico, identificação de prioridades, elaboração de objetivos e estratégias para alcançá-los, desenvolvimento de instrumentos de ação, previsão de custos e recursos necessários, detalhamento de plano de trabalho, definição de responsabilidades e parcerias, definição de indicadores de processo e resultados, é imprescindível para a eficácia e a efetividade das iniciativas e a sustentabilidade das ações de EAN. A qualidade do processo de planejamento e implementação destas iniciativas também depende do grau de envolvimento e compromisso não apenas dos profissionais, mas também dos indivíduos e grupos. Desta maneira os processos participativos tendem a gerar melhores resultados, impacto e sustentabilidade das iniciativas. O diagnóstico local precisa ser valorizado, no sentido de propiciar um planejamento específico, com objetivos delineados, a partir das necessidades reais das pessoas e grupos, para que metas possam ser estabelecidas e para que resultados possam ser alcançados. No entanto, o processo de planejamento precisa ser participativo, de maneira que as pessoas possam estar legitimamente inseridas nos processos decisórios.

Atendendo a estes princípios, todas as estratégias de EAN têm como referência o Guia Alimentar para a População Brasileira, onde está ex-

presso que “a alimentação adequada e saudável é compreendida como ‘a realização de um direito humano básico, com a garantia do acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o curso da vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local’ (BRASIL, 2007).

A alimentação saudável deve atender aos princípios ou “leis da alimentação” da quantidade, da qualidade, da adequação e da harmonia, suprimindo de forma equilibrada o total calórico e de nutrientes necessários ao organismo, respeitando as diferenças individuais e/ou coletivas relativas às características biológicas como idade, peso, altura, estado fisiológico e também às características socioeconômicas e culturais como gênero, etnia e preferências pessoais. A alimentação adequada e saudável também deve atender as formas de produção de alimentos sócio e ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos, orgânicos e oriundos da biotecnologia (BRASIL, 2007).

7

CAMPOS DE PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



A alimentação é uma prática social, resultante da integração das dimensões biológica, sociocultural, ambiental e econômica. A EAN requer, portanto, uma abordagem integrada que reconheça as práticas alimentares como resultantes da disponibilidade e acesso aos alimentos, além dos comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparação e no consumo dos alimentos. Por esse motivo, vários profissionais podem e devem desenvolver ações de EAN. No entanto, nos contextos que envolvam indivíduos ou grupos com alguma doença ou agravo, onde a EAN é considerada um recurso terapêutico que integra um processo de cuidado e cura do agravo, as ações são responsabilidade de profissionais com conhecimento técnico e habilitação em EAN. Portanto, as abordagens técnicas e práticas em EAN devem respeitar as especificidades regulamentadoras das diferentes categorias profissionais.

Neste sentido é importante reforçar o propósito deste documento em qualificar e referenciar as ações de EAN, além de promover um campo comum de reflexão e orientação da prática. Os princípios deste Marco devem estar refletidos nas práticas de EAN, mas não há a expectativa de que o documento seja o ponto final do debate e da reflexão. O fim intencionado com esta construção é fomentar e subsidiar novos desdobramentos, dentro de cada setor que atue com EAN.

A EAN, desenvolvida no escopo das ações públicas, requer articulação intra e intersetorial e a parceria com diferentes segmentos da sociedade,

tais como, Instituições Educacionais (Universidades, Instituições de Educação Profissional e Tecnológica), Organizações Não Governamentais, Organismos Internacionais, Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, Entidades Filantrópicas, Conselhos de políticas públicas e outras instâncias de participação e controle social e da Sociedade Civil como um todo.

A EAN deve ser concebida a partir de um referencial metodológico que preveja um processo de planejamento participativo, monitoramento e avaliação. Tanto os aspectos metodológicos como instrumentais necessitam ser referenciados em um processo permanente de pesquisa e gestão do conhecimento, bem como aprofundados em processos de formação e educação permanente dos profissionais envolvidos. Muito embora seja preciso incorporar às ações de EAN processos de construção metodológica e de planejamento baseados em referências, tal construção é local, ou seja, baseada em cada realidade específica.

Considerando o conceito de EAN e o seu caráter intrinsecamente intersetorial, muitos são os setores envolvidos com esta agenda. Esta característica se expressa tanto no âmbito governamental, em todas as esferas de gestão e em diferentes áreas, como também nas relações estabelecidas com organizações da sociedade civil e instituições formadoras. Inúmeras ações, dirigidas a diferentes públicos, já são realizadas pelos diferentes setores. No entanto, ainda é necessário que sejam planejadas, implementadas, monitoradas e avaliadas, a partir de referenciais metodológicos. A diversidade dos campos de prática pode assim ser resumida:

SETOR PÚBLICO

- » Federal;
- » Estadual;
- » Municipal;
- » Local;
- » Regional.

ÁREAS

- » Saúde;
- » Assistência Social;
- » Segurança Alimentar e Nutricional;
- » Educação;
- » Agricultura;
- » Desenvolvimento Agrário;
- » Abastecimento;
- » Meio ambiente;
- » Esporte e Lazer;
- » Trabalho;
- » Cultura.

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- » **Saúde:** pontos da Rede de Atenção à Saúde como Unidades Básicas de Saúde, que contam com Equipes de Atenção Básica (Saúde da Família ou tradicional, NASFs), Academias da Saúde, Ambulatórios, Hospitais, Unidades de vigilância em saúde;
- » **Assistência Social:** CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Acolhimento Institucional de Criança e Adolescentes, Acolhimento Institucional de População de Rua, Plantão Social, Centro Comunitário, Conselho Tutelar, instituição de longa permanência de Idosos entre outros;
- » **SAN:** restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, Central de Abastecimento Municipal, feiras, Centros de Referência em SAN;
- » **Educação:** escolas, creches, universidades, restaurantes universitários;
- » **Esporte e Lazer:** centros desportivos e de recreação, áreas de lazer, clubes;

- » **Trabalho:** empresas do Programa de Alimentação do trabalhador, Centros de formação;
- » **Ciência e Tecnologia:** centros vocacionais tecnológicos
- » Abastecimento: CEASAs, feiras, mercados e sacolões;
- » **Cultura:** pontos de cultura e outras formas de fomento às atividades culturais.

SOCIEDADE

- » **Entidades e organizações:** comunitárias, profissionais, religiosas, socioassistenciais, associações e cooperativas de produtores rurais, associações de consumidores, Bombeiros, Polícia Militar;
- » **Instituições de ensino e formação:** escolas técnicas e tecnológicas, universidades;
- » **Sistema S:** SESC, SESI, SENAI, SENAC.

SETOR PRIVADO

- » Meios de comunicação;
- » Setor publicitário;
- » Setor varejista de alimentos;
- » Setor de alimentação fora de casa;
- » Indústrias;
- » Empresas produtoras de refeições coletivas e suas associações;
- » Empresas participantes do Programa de Alimentação do Trabalhador;
- » Associações de restaurantes, bares, hotéis;
- » Associações da indústria de alimentos;
- » Unidades de Alimentação e Nutrição.

8

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO



A EAN ultrapassa os processos de comunicação e de informação, no entanto, a forma como a comunicação é desenvolvida é fundamental e influencia, de maneira decisiva, os resultados. A comunicação ultrapassa os limites da transmissão de informações e a forma verbal, compreendendo o conjunto de processos mediadores da EAN. Neste sentido, a comunicação no contexto da EAN, para ser efetiva, deve ser pautada na:

- » Escuta ativa e próxima;
- » Reconhecimento das diferentes formas de saberes e de práticas;
- » Construção partilhada de saberes, de práticas e de soluções;
- » Valorização do conhecimento, da cultura e do patrimônio alimentar;
- » Comunicação realizada para atender às necessidades dos indivíduos e grupos;
- » Formação de vínculo entre os diferentes sujeitos que integram o processo;
- » Busca de soluções contextualizadas;
- » Relações horizontais;
- » Monitoramento permanente dos resultados;
- » Formação de rede para profissionais e para setores envolvidos, visando trocas de experiências e discussões.

A mobilização da sociedade, dos profissionais e dos gestores em torno da promoção da alimentação adequada e saudável só será possível

quando este tema - enquanto expressão de cidadania e fator protetor da vida - for valorizado. É necessária a sensibilização, ampliação das informações e dos conhecimentos sobre esta agenda. Para que isto ocorra é preciso reconhecer a complexidade do tema; as diferentes visões existentes no interior da sociedade; um profundo conhecimento das diferentes práticas alimentares da população brasileira e seus determinantes; o entendimento de que o impacto almejado necessita de ações permanentes e que os resultados são de médio e de longo prazos.

É necessário ampliar a pauta e a visão sobre a EAN e desenvolver novos instrumentos teóricos e metodológicos que abordem não somente os conceitos de “empoderamento”, de “maior participação”, e de “valorização do saber popular”, como também “compartilhamento dos saberes”, “construção de parcerias”, “associação de conhecimento e informações”, “negociação de interesses”, entre outros.

9

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE²



Enquanto disciplina e campo de prática, a EAN integra o currículo obrigatório dos cursos de graduação em Nutrição. Também é desenvolvida, mesmo que ainda de maneira insuficiente, como área de pesquisa, em programas de pós-graduação e projetos de extensão. No entanto, por ser um campo intersetorial e multidisciplinar, outros profissionais podem e devem se envolver nas ações e terem acesso a programas de formação e educação continuada, que abordem a temática (Anexo B).

Na formação do Nutricionista em nível de graduação e pós-graduação há desafios relacionados à insuficiência de métodos de ensino específicos para a EAN; número insuficiente de práticas; financiamento reduzido destinado à pesquisa; dificuldades de articulações entre campos do conhecimento como a sociologia e a antropologia da alimentação, a ética e a filosofia; escassa utilização de referenciais teóricos da área de

² Educação permanente é aprendizagem no trabalho, que se baseia no aprendizado significativo e na possibilidade de transformar as práticas profissionais. Pode ser entendida como aprendizagem / trabalho, que acontece no cotidiano dos profissionais e organizações. A educação permanente é construída a partir dos problemas encontrados na realidade e levam em consideração os conhecimentos prévios e as experiências adquiridas. É o conceito pedagógico, para efetuar relações entre ensino e ações e serviços, e entre docência e prática. Para o desenvolvimento da educação permanente é necessário levar em consideração as especificidades regionais, a superação das desigualdades regionais, as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho e a capacidade já instalada de oferta institucional de ações de formação profissional (BRASIL, 2009a).

pedagogia e educação; hegemonia da abordagem biomédica; dificuldades em tornar a EAN “transversal” no projeto pedagógico; fragilidade nas articulações entre ensino, pesquisa e extensão; dificuldade em tornar a EAN como um eixo importante de reflexão para outras disciplinas curriculares do curso de graduação; número insuficiente de docentes com formação específica e experiência em EAN; pouca produção científica e estudos de impacto. Em suma, a estrutura curricular não responde ao contexto e desafios atuais e há necessidade de se repensar tanto esta formação específica como os projetos político-pedagógicos com base nos desafios acima apresentados.

Considerando a realidade atual, seguem abaixo alguns exemplos de como a EAN se articula com a formação profissional em alguns setores que já têm mais acúmulo. A listagem abaixo é meramente a título de exemplo, sendo necessário que as outras áreas que atuam com o tema também avancem quanto à formação dos profissionais envolvidos em suas ações.

Na formação de **profissionais da comunidade escolar**. As ações de educação permanente são realizadas por equipes intersetoriais constituídas por iniciativa das Secretarias de Educação, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, diretamente ou por meio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs), entre outros. São sujeitos da formação, a depender da iniciativa específica, os gestores, professores, coordenadores pedagógicos, profissionais que preparam a alimentação escolar, nutricionistas, bem como os produtores de alimentos, em especial os agricultores familiares. Resultados importantes têm sido alcançados, principalmente, relacionados à incorporação do tema alimentação e nutrição nos currículos e nas formações permanentes dos profissionais de educação; a um maior envolvimento da comunidade escolar; à diversificação da alimentação escolar e às ações educativas e à aproximação entre os saberes técnico e popular.

Na Educação, os desafios encontrados são a dificuldade de ampliar, monitorar e difundir as ações de EAN no ambiente escolar; a escassez de materiais orientativos institucionais e a ausência de uma agenda intersectorial comum.

Na formação de **profissionais da saúde**. A educação permanente de profissionais da área da saúde é realizada pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, além de projetos nacionais coordenados pelo Ministério da Saúde, pelos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição e pelas Universidades. São sujeitos da formação, a depender da iniciativa específica, os profissionais de saúde das equipes de Atenção Básica, e os diferentes profissionais que atuam na saúde nos mais diferentes pontos de atenção. Dentre os resultados identificados, observa-se a valorização do tema de alimentação e nutrição pela equipe; o olhar diferenciado sobre a sua ação; a troca de saberes; a mobilização da sociedade; a construção coletiva; a autonomia e a produção de materiais de apoio. Neste processo de formação, foram observados como desafios: o envolvimento dos gestores locais; o compromisso dos profissionais; a divulgação das experiências bem sucedidas; estabelecimento de processos de planejamento e avaliação; superação da prática tecnicista e a adoção do apoio matricial como ferramenta de planejamento e ação multiprofissional e interdisciplinar; estabelecimento de parcerias com outros setores e universidades.

A proposta de educação permanente se configura em um caminho norteador de mudanças e transformações nas práticas profissionais e na organização do trabalho, incorporando a mentalidade do aprender a aprender no dia a dia do trabalho, com a valorização e com a priorização das equipes multiprofissionais (BENITO *et al.*, 2010). O cuidado humanizado na prática profissional depende, em grande proporção, da relação dos serviços e do ensino. As equipes multiprofissionais precisam buscar ações integradas que passem pelas relações interdisciplinares para alcançarem a realidade social (MATOS *et al.*, 2009; BRASIL, 1990).

Educação permanente de **profissionais da área de desenvolvimento social**. Estas ações são realizadas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Social (ou similar) e os projetos nacionais são coordenados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como exemplo, pode-se citar a RedeSAN (Plataforma Virtual de Gestores em Segurança Alimentar e Nutricional), que oferece cursos de formação aos gestores e aos profissionais dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (AN). São sujeitos envolvidos com a formação, a depender da iniciativa específica, gestores de equipamentos públicos de AN, líderes comunitários, organizações não governamentais, diferentes profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Entre os resultados alcançados, pode-se citar a maior ciência e vivência da SAN em suas múltiplas dimensões e do DHAA; o estabelecimento de uma rede de multiplicadores; a valorização do tema; o fortalecimento da cidadania; e, a melhora da eficiência nos processos e serviços.

Por outro lado, os desafios encontrados têm sido: garantir recursos adequados (profissionais, recursos, materiais); valorizar conhecimentos e saberes populares; ampliar e qualificar os processos de comunicação; valorizar o tema; neutralizar interferências políticas nas equipes e nas ações; e, os riscos de fragmentação e de descontinuidade.

10

PARCERIAS PARA A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EAN



A sociedade civil organizada tem grande potencial para desenvolver ações de EAN. Muitas organizações e entidades já o fazem pautadas pela própria experiência e princípios internos. Dada a capilaridade e capacidade potencial para chegar a grupos populacionais que o Estado, muitas vezes, tem dificuldades para acessar, considera-se fundamental que estas organizações possam, em parceria ao Estado, desenvolver ações de EAN. Para isso, é necessário que o Estado institua processos públicos e transparentes para selecionar e formalizar suas parcerias e que as organizações da sociedade civil estejam legalmente constituídas e atuando de maneira regular. É também relevante que as organizações e entidades da sociedade civil se apropriem dos referenciais apresentados neste Marco de Referência, visando orientar as suas ações.

Devido aos riscos de conflito de interesses no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de estratégias de EAN, o setor público deve se limitar a organizações que também tenham suas atividades pautadas pelos princípios adotados neste Marco, pela supremacia do interesse e saúde pública, além da ética e moralidade, que sempre pautam qualquer atividade própria do Estado ou com sua chancela. Importante também que as ações destas organizações não sejam pautadas por interesses comerciais ou individuais, e que não sejam financiadas por recursos que tenham origem em práticas que não atendam ou violem os princípios e ações definidos em políticas públicas oficiais (BRASIL, 2012b).

Como já apontado, a EAN, quando articulada a ações estruturantes, é uma ação estratégica para a promoção e para a garantia da saúde, da SAN e para a realização do DHAA. O alcance pleno desta missão requer a implementação de estratégias apontadas ao longo do texto e sintetizadas neste item. De um lado, é imperativa a institucionalização das ações de EAN nas políticas públicas; os gestores precisam ser sensibilizados e formados no tema e os profissionais devem ter autonomia e acesso a processos de educação permanente. Por outro lado, é necessário que as práticas alimentares saudáveis sejam consideradas um valor social e que a sociedade se aproprie e defenda a agenda da EAN. No campo do planejamento e do desenvolvimento, é necessário basear as ações em evidências de diferentes naturezas, ampliar e qualificar os referenciais científico e teórico-metodológico, adotar indicadores de monitoramento e de avaliação dos processos, de resultados e impacto alcançados. É urgente promover o diálogo com outras áreas de conhecimento e prática; estabelecer parcerias e compromissos com diferentes canais da mídia e firmar um compromisso ético entre todos os setores. Finalmente, as experiências bem sucedidas precisam ganhar visibilidade e as diferentes instituições, grupos e equipes necessitam se organizar em redes colaborativas para a troca de experiências, definição de agenda e de iniciativas de formação.



Agenda estratégica e de articulação intersetorial e federativa

- » Estabelecimento de mecanismos de planejamento e implementação de ações de EAN nas políticas públicas dos diferentes setores do nível federal;
- » Fortalecimento, estruturação e implementação de ações de EAN nos diferentes setores da ação pública;
- » Fortalecimento das articulações entre as políticas nacionais e as ações educativas desenvolvidas no âmbito local;
- » Elaboração e atualização sistemática de protocolos, manuais e materiais de apoio para as ações nas diferentes esferas de gestão, setores e espaços sociais;
- » Articulação de ações que viabilizem a incorporação de temas de alimentação, saúde e nutrição nos currículos e nos projetos pedagógicos das escolas;
- » Fomento ao desenvolvimento de estratégias de EAN nos diferentes espaços públicos dos setores, principalmente, da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social;
- » Fomento e apoio a processos permanentes de pesquisa, gestão do conhecimento e educação permanente;
- » Institucionalização de processos de monitoramento e avaliação;
- » Adoção de uma abordagem transdisciplinar e atuação multiprofissional;
- » Estabelecimento de mecanismos de divulgação das boas práticas de EAN nos diversos setores;
- » Estabelecimento de procedimentos que fomentem e viabilizem parcerias com a sociedade civil organizada;

Agenda voltada para a formação profissional, estudos e pesquisas

- » Investimento na formação dos profissionais envolvidos com relação às diferentes áreas de conhecimento, metodologias e estratégias;
- » Promover os processos de educação permanente, considerando as necessidades de formação e desenvolvimento dos profissionais e seu campo de ação;
- » Extensão, Estudos e Pesquisas:
 - Fomento ao estabelecimento de projetos de extensão e linhas de pesquisa em EAN;
 - Ampliação das fontes de financiamento e formulação de uma agenda de prioridades em pesquisa de EAN;
 - Valorização dos estudos metodológicos e de avaliação;
 - Fomento à produção do conhecimento em EAN, valorizando o saber popular, bem como as práticas bem sucedidas;
 - Promoção da articulação entre saberes populares de povos e comunidades tradicionais e o conhecimento técnico-científico.
- » Formação do Nutricionista em nível de graduação:
 - Formulação e ampliação do acesso a métodos de ensino específicos para a formação em EAN;
 - Ampliação e valorização de atividades de integração teórico-prática;
 - Articulação do ensino de EAN com os campos do conhecimento em ciências humanas, tais como a sociologia e a antropologia da alimentação, a ética e a filosofia;
 - Ampliação da utilização de referenciais teóricos da área de pedagogia e educação;

- Investimento na educação permanente dos docentes responsáveis pela disciplina de EAN.
- » Formação Básica de outros profissionais:
 - Valorização e atualização da abordagem dos temas de Nutrição nos diferentes cursos dos profissionais que participam das ações de segurança alimentar e nutricional e atenção nutricional.

Agenda de articulação e mobilização social

- » Manutenção de uma agenda de encontros nacionais e locais para troca de experiências e interlocução;
- » Implantação de uma rede de educação alimentar e nutricional;
- » Manutenção de um calendário de campanhas de informação e mobilização social com responsabilidades e orçamento compartilhado entre os diferentes setores de governo;
- » Valorização da semana da alimentação nas escolas públicas e privadas;
- » Desenvolvimento de um processo amplo de discussão sobre a parceria entre o setor público e o privado;
- » Formalização de acordos e termos de conduta com o setor produtivo e mídia para proteção e promoção da alimentação adequada e saudável.

Agenda com entidades da sociedade civil

- » Estímulo para que a sociedade civil organizada atue nos componentes da alimentação, da nutrição e do consumo saudável;

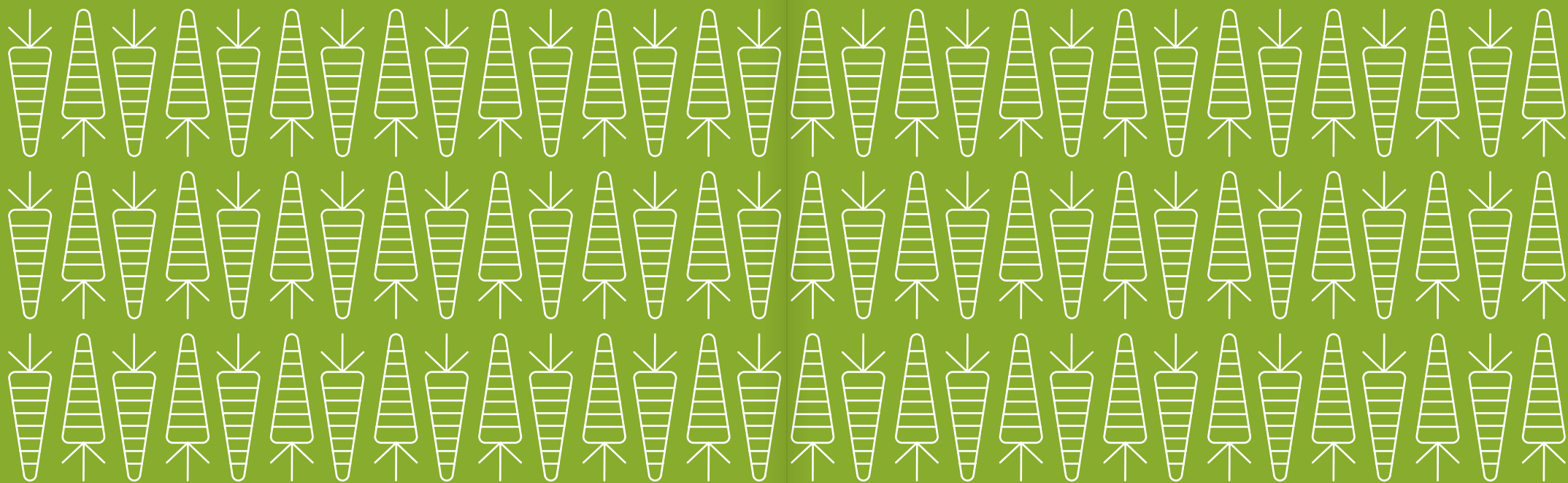
- » Estabelecimento de mecanismos de parceria e apoio às ações de EAN com entidades da sociedade civil;
- » Apoio a experiências e iniciativas da sociedade civil no resgate e na valorização de alimentos/preparações regionais que estejam vinculados a práticas alimentares saudáveis.



Agenda voltada as especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais – PCT³

- » Assegurar processos permanentes de EAN e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais, dos diferentes povos e etnias, na perspectiva da SAN e da garantia do DHAA;
- » Desenvolvimento de referenciais teóricos, instrumentos e processos adequados aos dos diferentes povos, etnias, povos e comunidades tradicionais;
- » Apoio a ações de EAN que reconheçam e valorizem os saberes populares de povos e comunidades tradicionais.

3 De acordo com o Decreto n.º 6.040/2007, povos e comunidades tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007b).



12

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

BENITO, G. A. V.; FRANZ, M. S. **Educación permanente en la salud. Reflexiones en la perspectiva de la Integralidad.** Revista Cubana de Enfermería, Habana, v. 26, n. 4, p.667-679, 2010.

BOOG, M.C.F. **Educação nutricional: passado, presente, futuro.** Revista de Nutrição. PUCCAMP, Campinas, v.10, n.1, p. 5-19, 1997.

BOFF, L. **Saber Cuidar.** É do Humano – Compaixão pela Terra. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a proteção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Brasília, 1990.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Série B. Textos Básicos de Saúde, Brasília, 2ª edição. 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável.** Brasília, 2005.

_____. Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006. **Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.** Brasília, 2006a. Disponível em <http://www.rebrae.com.br/banco_arquivos/arquivos/legislacao_pnae/1010.pdf>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, 2006b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. **GT Alimentação Adequada e Saudável.** Relatório Final. 2007a. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos/alimentacao-adequada-e-saudavel/documento-final-alimentacao-adequada-e-saudavel>>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Brasília, 2007b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Bases para a Educação em Saúde nos Serviços.** Documento Preliminar a ser submetido a processo de discussão e aperfeiçoamento na Oficina Nacional de Educação em Saúde nos Serviços do SUS. Brasília, 2008. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/texto_base_prat_educ_dagep.pdf>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.** Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Brasília, 2009a. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Lei 11.947/2009 (Lei Ordinária). Publicada no D.O.U. de 17/06/2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.** Brasília, 2009b. Disponível em <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viw_identificacao/lei%2011.947-2009?opendocument>. Acesso em: 03 de outubro de 2012.

_____. Ministério da Saúde. RedeNutri – Rede de Nutrição do Sistema Único de Saúde. **Texto de sistematização: Educação Alimentar e Nutricional.** Brasília, 2010a. Disponível em <<http://ecos-redenutri.bvs.br>>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** Série B. Textos Básicos de Saúde, Brasília, 3ª edição. Brasília, 2010b. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto No. 7272 de 25 de agosto de 2010. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2010c. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em: 03 de outubro de 2012.

_____. Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011. **Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, 2011a. Disponível em: <[http://www.saude.mt.gov.br/upload/legislacao/2715-\[5174-130112-SES-MT\].pdf](http://www.saude.mt.gov.br/upload/legislacao/2715-[5174-130112-SES-MT].pdf)>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2011b. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_plano.pdf>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015 – PlanSAN**. Brasília, 2011c. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes/livros/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012-2015/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012-2015>>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Série B. Textos Básicos de Saúde. 82p. Brasília, 2012a.

_____. **Regulando os conflitos entre interesses públicos e comerciais em nutrição e saúde coletiva**. World Nutrition Rio 2012: Relatório de atividades do Grupo de Trabalho. Rio de Janeiro, 2012b.

CAMOSSA, A.C.C.; COSTA, F.N.A.; OLIVEIRA, P.F.; FIGUEIREDO, T.P. **Educação Nutricional: Uma área em desenvolvimento**. Alimentos e Nutrição. Araraquara, v.16, n.4, p. 349-354, out./dez. 2005.

DAMATTA, R. **Sobre o Simbolismo da Comida no Brasil**. In.: O Correio da Unesco. Rio de Janeiro, 15 (7), p.22-23, 1987.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para Unesco da comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: Unesco, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, R.W.D. **Representações sociais da alimentação e saúde e suas repercussões no comportamento alimentar**. Physis, Rio de Janeiro, 7:51-68. 1997.

GARCIA, R.W.D; CASTRO, I.R.R. **A culinária como objeto de estudo e de intervenção no campo da Alimentação e Nutrição**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.16, n.1. 2011.

LIMA, E.S.; OLIVEIRA, C.S.; GOMES, M.C.R. **Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós graduação do Rio de Janeiro (1980-1998)**. Hist., Ciênc., Saúde – Mangueiras, v.10, n.2, p. 603-635, 2003.

MATOS, E.; PIRES, D.E.P. **Práticas de cuidado na perspectiva interdisciplinar: um caminho promissor**. Texto e Contexto em Enfermagem, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 338-346, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Our Common Future**. Noruega, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: 03 outubro de 2012.

PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta política de segurança alimentar para o Brasil**. Instituto Cidadania, São Paulo. 2001. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=uma%20proposta%20pol%C3%ADtica%20de%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20para%20o%20Brasil.%20&source=web&cd=1&ved=0CFQJFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fomezero.gov.br%2Fdownload%2Fprojeto%2520fome.pdf&ei=fvnFT6GOO4Hm9ASou7i9Bg&usg=AFQjCNHnan_rCPjltLmRyxYlhwCCDAaA>. Acesso em: 03 de outubro de 2012.

SANTOS, L.A.S. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis**. Revista de Nutrição, Campinas, 18(5): 681-692, set./out. 2005.

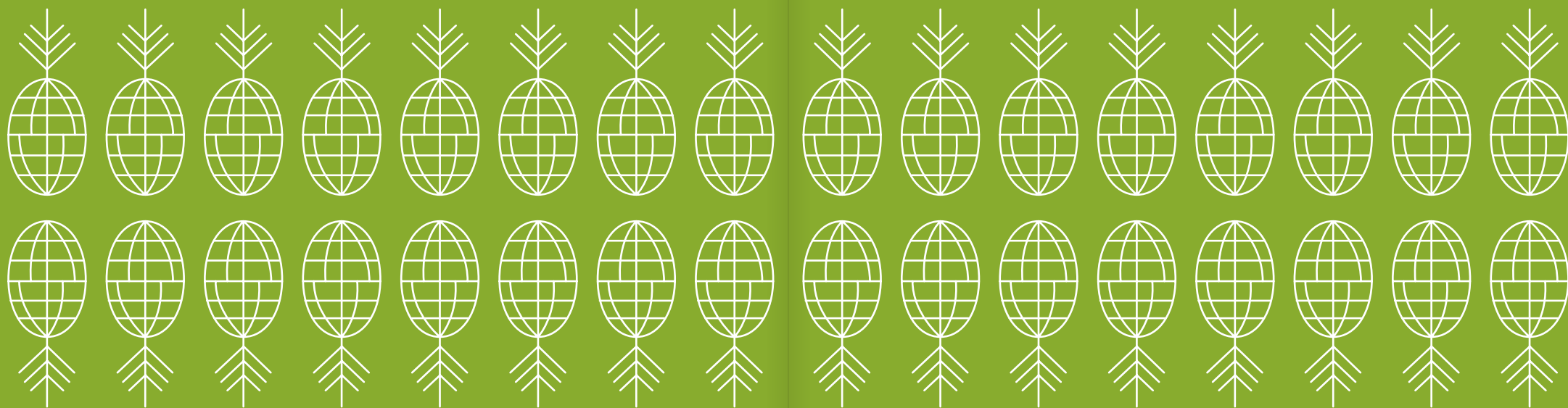
UDE, W.; TASSARA, V.; SOARES, A. **Complexidade, Educação Social e Saúde: diálogos teórico-metodológicos para a construção de uma prática profissional mais integradora**. In: Educação, Cultura e Complexidade: diálogos Brasil-Cuba. Disponível em: <<http://migre.me/aZ7er>>. Acesso em: 03 de outubro de 2012.

WORLD HEALTH ASSOCIATION (WHA). **Estratégia global para a alimentação do bebê e da criança pequena**. Resolution WHA A55.15. Geneva, 16 abr. 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Carta de Ottawa**. Ministério da Saúde/FIOCRUZ. Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília, pp. 11-18. In. 1986.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Ministério da Saúde/FIOCRUZ. **Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá**. Brasília, pp. 19-30. 1988.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Estratégia global em alimentação saudável, atividade física e saúde**. 57ª Assembleia Mundial de Saúde. 22 de maio 2004.



ANEXO A | Linha do Tempo*



* Esta Linha do Tempo foi elaborada durante o encontro nacional “Educação Alimentar e Nutricional – Discutindo Diretrizes” realizado em Brasília/DF, em outubro de 2011.

1990

Criação do Sistema Único de Saúde
Lei 8080
Lei Orgânica da Saúde

1992 (?)
NBCAL

1993
Campanha contra a fome - Betinho

Educação Ambiental
Sustentabilidade

1996
Lei das Diretrizes e Bases da Educação

Transição Nutricional

Convivência de desigualdade
Obesidade e DCNT mantém desnutrição

Conceito cesta básica
X salário mínimo
X DIEESE
X custo de vida

Resgate ao natural
Valorização rural, resgate cultural

2000
Reforço do papel regulador do Estado

2000
Efeitos da globalização nas formulações de políticas públicas

Consolidação das idéias de sustentabilidade econômica, ambiental, social e agroecologia

2003
Fome Zero

2003
PRÓSAÚDE
Reorientação da formação

2005

RES 380/2005
Conselho Federal de Nutricionistas

2005

Educando com a horta (FNDE/FAO)

2006

PNAB

2006

LOSAN

Anos 90**1995**

Décadas da publicidade
Maior influência da mídia/ propaganda nos processos alimentares

1995
Artigo "Presente, Passado, Futuro"
Boog, M.C.F.

1995
Novas tecnologias da informação

1998

Estudos Populacionais (VIGITEL, INCA, POF)
"Qualidade" dieta

1999
PNAN

1999
Criação da ANVISA

Industrialização

Mercado de Trabalho
Papel da mulher/ inserção

Mobilização do consumo consciente

PNATER

Criação dos Conselhos de Controle Social

Anos 2000**2000**

Imposição de padrão de imagem corporal: MAGRA

Guia alimentar para a população brasileira menos de 2 anos

2003

Programa Bolsa Família
Unificação de políticas públicas de transferência de renda

2003
Retomada do CONSEA

2004
Coord. geral de EAN / MDS

2006

Valorização de alimento
guia alimentar pop. brasileira

2006
PNPS

2006

Lei federal nº 11.265/06
transformação da NBCAL em lei

2006

Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
A realidade pauta o processo educativo
Aprendizagem significativa

2007

Criação de CECANes (FNDE/CGPAE)

2008

Núcleo de apoio a saúde da família

2009

(PNAE)
Lei 11.947/2009
RES CD/FNDE 38/2009

Ex.: RES CD/FNDE 32/2009 e legislação dos transgênicos

Modismos

Pode ou não pode?
Ração humana? Ovo? Manteiga? Gordura trans? Café?

Adequado?

Indefinição conceitual

2010

Inclusão do DHAA na constituição
Direito do cidadão
Dever do Estado

2010

PNSAN (avaliação)

2010

RES CFN 465/2010

2011

IV CNSAN Salvador

2011

Brasília, 19-21/10/2011
Encontro EAN: Discutindo diretrizes

Anos 2000

2010 / 2011

Futuro

2007

PSE

Saudável?

Multiplicidade de conceito

Saudável?

Multiplicidade de conceito

Diversidade de políticas
conflitantes

Chá / cápsula

Nutrição Funcional?

Medicalização do nutriente

Adequado?

Indefinição conceitual

Formulação da PNSAN e os conflitos com políticas de alimentação saudável: o que é adequado e saudável

Qualidade?

Que critério para definir?
O que é isso?
Quem define?
Por que?

2012

World Nutrition
Novos encontros

Dicionário de siglas utilizadas na linha do tempo

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

ENDEF: Estudo Nacional de Demografia e Saúde

PNSN: Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

PNAN: Política Nacional de Alimentação e Nutrição

DCNT: Doenças Crônicas Não Transmissíveis

NBCAL: Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos de Primeira Infância (mamadeiras, chupetas, bicos)

PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

VIGITIEL: Vigilância de fatores de risco para DCNTs

POF: Pesquisa de Orçamentos Familiares

PRÓ SAÚDE: Programa Nacional de Reorientação de Formação Superior em Saúde

PNPS: Política Nacional de Promoção da Saúde

PNAB: Política Nacional de Atenção Básica

LOSAN: Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

PSE: Programa Saúde na Escola

RES CD/FNDE: Resolução Conselho Diretor / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

RES CFN: Resolução Conselho Federal de Nutricionistas

PNSAN: Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CNSAN: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL⁴

Diretriz 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada

O primeiro objetivo, assegurar processos permanentes de EAN e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da SAN e da garantia do DHAA, tem como metas (i) elaborar e publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas políticas públicas, com ampla participação da sociedade, respeitando as práticas alimentares dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, bem como de outros segmentos e grupos vulneráveis; (ii) inserir nos processos de EAN estratégias de sensibilização e orientação à população para a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis; (iii) formar e qualificar profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com o componente alimentação, nutrição e consumo saudável; (iv) atualizar guias e materiais de referência sobre a alimentação adequada e saudável.

Para o segundo objetivo, estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas ali-

mentares adequadas e saudáveis, as metas definidas foram (i) criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local; (ii) criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para titulares de direitos dos programas socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos, bem como instituições que compõem o SISAN; (iii) inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social; (iv) ampliar o número de escolas participantes do Educavisa (educação e saúde no contexto escolar), incluindo 50 (cinquenta) novas escolas a cada biênio de desenvolvimento, com o objetivo de capacitar os professores para a promoção da alimentação saudável.

No objetivo três, promover ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar e fortalecer a gestão, execução e o controle social do PNAE, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional, as metas prioritárias são, (i) definir estratégias de EAN nas escolas de educação básica, utilizando a alimentação escolar como ferramenta pedagógica; (ii) acompanhar e monitorar as ações de EAN nas escolas de educação básica; (iii) ampliar parcerias para a formação, o monitoramento, a avaliação e o desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas referentes à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecanes); (iv) formar 11.000 conselheiros da alimentação escolar para o efetivo exercício do controle social e a promoção do DHAA; (v) ampliar para 15 (quinze) o número de Cecanes; (vi) formar 9.500 gestores da alimentação escolar para a promoção da SAN no ambiente escolar; (vii) implantar o Projeto Educando com a Horta Escolar em 300 municípios brasileiros.

Finalmente, no quarto objetivo, estimular a sociedade civil organizada a atuar com os componentes “alimentação, nutrição e consumo saudável”, a meta definida foi organizar uma rede de apoio às ações de Educação Alimentar e Nutricional no Brasil.

⁴ Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes/livros/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012-2015/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012-2015>>. Acesso em: 03 outubro de 2012.



CONSELHO FEDERAL DE
NUTRICIONISTAS



Conselho Nacional de
Segurança Alimentar e
Nutricional



Ministério da
Educação

Ministério da
Saúde

Ministério do
**Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**

